A concepção marxiana sobre a propriedade privada nos *Cadernos de Paris*[*]

Vera Aguiar Cotrim (PET – DF/USP)
Orientador: Prof. Dr. Caetano Plastino

A primeira nota do *Caderno I* sintetiza o tema deste trabalho na medida em que explicita, embora ainda de modo genérico, o ponto central da ruptura marxiana com a economia política no que diz respeito à propriedade privada: enquanto a economia política tem na propriedade privada seu fundamento, para Marx, a propriedade privada é um fato carente de necessidade: a economia política toma a propriedade privada como atributo humano essencial, e portanto necessário; Marx, por outro lado, reconhece na propriedade privada uma condição específica, não necessária, da sociabilidade humana, condição esta que, por alienar o homem de si mesmo, deve ser superada. É esta diferença central que pretendemos explicitar ao longo do texto. Vale a pena, pois, transcrever a primeira nota, já que todas as outras serão utilizadas para explicar, enriquecer e determinar o significado desta:

> "A *propriedade privada* é um fato de cuja explicação a economia política não dá conta, embora constitua seu fundamento.
>
> Não há riquezas sem propriedade privada, e a economia política é, por sua própria essência, a *ciência do enriquecimento*. Não há, portanto, economia política sem a propriedade privada. Assim, pois, toda ciência descansa num fato carente de necessidade" (p. 105).

Trata-se agora de expor o modo pelo qual Marx, através de seus comentários críticos aos economistas, vai distinguindo sua posição, e explicitando de maneira mais determinada tanto sua compreensão da propriedade privada e das relações que ela condiciona, quanto a compreensão da economia política.

Na décima-quarta nota do primeiro *Caderno*, Marx define a propriedade privada como a "*atividade genérica alienada* do homem" ou "a mediação alienada entre a produção humana e a produção humana", ou seja, a atividade própria do ser humano, a produção, é alienada do homem. Sigamos seu raciocínio. Marx começa por definir o dinheiro como o intermediário do intercâmbio. O intercâmbio, por sua vez, é "*atividade mediadora*, o movimento ou ato humano, social, mediante o qual os produtos humanos se complementam uns aos outros", fator portanto central na sociabilidade. Por isso explica que a característica central do dinheiro não consiste em ser a alienação da propriedade, embora também o seja, mas em ser a alienação, a conversão em um atributo exterior ao homem, desta atividade mediadora. Se o homem renuncia a esta atividade que é a mediação entre a produção dos diversos indivíduos, e portanto a um aspecto essencial da sociabilidade, ele perde-se a si mesmo, torna-se desumanizado. A recuperação do homem consistiria em tomar de volta para si esta atividade de mediação entre os indivíduos, que alienou-se deles quando transformou-se em dinheiro, atributo exterior ao homem.

Marx analisa em seguida a relação do homem com as coisas sob a condição da propriedade privada para mostrar como os produtos do homem, na medida em que convertem-se em dinheiro, tornam-se um poder sobre o homem: se o homem deixa de ser o mediador entre os homens, e suas relações passam a ser efetivadas por este mediador alheio, este torna-se "o *poder real* sobre aquilo com que me põe em relação" Neste sentido, Marx está mostrando que o homem passa a ser orientado por algo que tem uma existência real, que é posto pelos próprios homens – na medida em que o dinheiro é uma criação humana- e que domina suas relações. Por isso, "o homem contempla sua vontade, sua atividade, sua relação com os outros como um poder independente dele e dos outros" Eis que, a partir daí, Marx explicita a aguda inversão da relação do homem com as coisas que ocorre na sociabilidade organizada em torno da propriedade privada: "Se em princípio parecia que era o mediador que teria valor somente na medida em que representasse *os objetos*, são estes agora que só têm valor na medida em que o *representam*" (P 127). Deste modo, "os objetos perdem seu valor se são separados deste mediador" (p.127), ou seja, o valor das coisas passa a ser a referência que têm neste mediador, estando portanto separado das coisas das quais é valor. Assim, sob a mediação da propriedade privada, cuja essência alienada é o dinheiro[1], todos os atributos que na produção correspondem à atividade genérica do homem passam a ser atributos deste mediador" (pp. 127-8), isto é, ele aliena do homem os atributos que lhe são essenciais, quais sejam, os de sua atividade de produção e intercâmbio entre os indivíduos. "Assim, pois, na medida em que este mediador se *enriquece*, o homem empobrece como homem (ou seja, como homem separado deste mediador)" (p. 128) – como propriamente humano, independente da propriedade privada.

Neste ponto, torna-se claro que o que Marx entende por riqueza é algo distinto daquilo de que trata a economia política. Esta tem como objeto a riqueza da propriedade privada, que Marx opõe à riqueza humana efetiva. Como será mostrado, a propriedade privada, por fazer das coisas um poder sobre o homem, impede a verdadeira apropriação dos objetos e dissolve o vínculo essencial entre os homens. Deste modo, a riqueza da propriedade privada traduz-se em pobreza humana, e a verdadeira riqueza do homem só poderá se dar em uma forma de sociabilidade que exclua a propriedade privada. Marx deixa, portanto, de conceber o homem como proprietário privado; esta passa a ser uma condição determinada, que deve-se superar. Vejamos como vai se mostrando, no texto, esta diferença de posição.

Ainda na mesma nota, Marx define o homem como social: é essencial ao indivíduo ser comunitário, "a comunidade humana, a entidade social, não é um poder abstrato-universal, contraposto ao indivíduo singular, mas a essência de cada indivíduo, sua própria atividade, sua própria vida, sua própria riqueza" (p. 137). Entretanto, se o homem não "organiza o mundo de maneira humana, esta comunidade aparece sob a forma da alienação" já que "seu sujeito, o homem, é um ser alienado de si mesmo" (p. 137). Ou seja, se o homem organiza-se socialmente em torno da propriedade privada, o indivíduo torna-se o proprietário privado; mediadas pela propriedade privada, as relações sociais fundamentais – trabalho, intercâmbio entre os indivíduos – tornam-se contrárias à efetiva comunidade humana.

Sob a condição da propriedade privada, ou seja, quando o homem torna-se proprietário privado, o trabalho aprece como trabalho lucrativo, isto é, dirigido imediatamente ao lucro. Isto significa que o trabalho torna-se meio para a manutenção da vida, o trabalhador passa a ter na manutenção de sua existência a finalidade de sua atividade, e não a expansão de suas capacidades. O trabalho adquire progressivamente este caráter dentro das relações de propriedade privada, com o desenvolvimento do comércio, na medida em que, sob esta condição, o produto é produzido como valor, como equivalente, e não mais devido a uma relação imediata com o produtor. Isto é, é produzido com referência a outro objeto, vale não por si mesmo, mas apenas na medida em que eqüivale a outro objeto. Nas configurações sociais em que a propriedade privada não estava desenvolvida, "cada proprietário privado produzia aquilo a que se dirigiam suas necessidades, sua constituição e o material natural disponível" e "intercambiava com o outro o excedente de sua produção" (p. 143). Deste modo, o trabalho era fonte imediata de subsistência e confirmação da existência individual do trabalhador. Na sociedade baseada na propriedade privada desenvolvida, o produto do trabalho "não se encontra em relação imediata com as faculdades e necessidades do trabalhador" (p. 143), na medida em que é produzido como valor ou equivalente. Assim, resulta casual e inessencial ao trabalhador tanto o que se produz quanto a própria atividade de produção, isto é, a peculiaridade tanto da atividade do trabalho quanto do produto produzido tornam-se indiferentes ao trabalhador, posto que o trabalho é meio para a manutenção da existência. O trabalho perde, como atividade, seu caráter de realização do trabalhador e, como produto, sua relação com a necessidade e com o gozo imediato do trabalhador. Deste modo, sua atividade é determinada por necessidades sociais que são para ele alheias e impostas. A sociedade aparece-lhe, pois, como meio de saciar sua carência, assim como ele aparece para a sociedade como escravo das necessidades sociais, já que também é indiferente à sociedade a peculiaridade do trabalhador que realizará determinada atividade produtiva. O vínculo com a sociedade torna-se alheio, imposto, inessencial.

O trabalho lucrativo é, pois, alienado, é atividade na qual o trabalhador "põe em ação sua vida para ganhar meios de vida" (p. 144). Do mesmo modo, o intercâmbio, tanto das atividades quanto dos produtos humanos, que "eqüivale à *atividade genérica* e ao *gozo genérico*" (pp. 136-7), que é "a interação e integração sociais dos homens" (p. 141), e "cujo modo de existência real, consciente e verdadeiro é a atividade *social* e o gozo *social*" (pp. 136-7), torna-se, como foi visto, alienado do homem, estranho a si mesmo. Ou seja, os momentos essenciais da sociabilidade – produção e intercâmbio – tornam-se alheios ao homem. Por isso, "o vínculo *essencial* que o une aos outros homens, se lhe apresenta como um vínculo acessório, e a separação com respeito aos outros homens como sua existência verdadeira; (...) sua vida se lhe apresenta como sacrifício de sua vida, a realização de sua essência como desrealização de sua vida, sua produção como a produção de seu nada, seu poder sobre o objeto como poder do objeto sobre ele; (..) ele, amo e senhor de sua criação, aparece como escravo desta criação" (p. 138).

Na décima-quinta nota do quarto *Caderno*, Marx irá levantar um novo fator que explicita o modo como a propriedade privada dissolve o vínculo essencial entre os

homens e, além disso, como ela impede a verdadeira apropriação dos objetos pelos homens, na medida em que os homens tornam-se meios das relações entre objetos. Nas palavras de Marx, "Estamos excluídos da *verdadeira* propriedade porque nossa *propriedade* exclui o outro homem" Ao tratar do intercâmbio entre dois produtos, Marx observa que a relação entre os objetos deveria ser pautada pelas necessidades recíprocas dos produtores. Sob a propriedade privada, entretanto, já que o objeto é produzido como equivalente, seu verdadeiro valor torna-se o outro objeto, passa a ser expressão de um outro objeto. Deste modo, passa a valer como meio de aquisição de outro objeto, perdendo a referência na necessidade do produtor. Por outro lado, a necessidade ou demanda de um indivíduo só adquire sentido para outro se estiver expressa por um equivalente disponível para a troca, ou seja, se o indivíduo possui o *meio* de satisfação da necessidade. Os outros homens, pois, não têm nenhuma relação humana com os objetos de um produtor. Sua necessidade não existe como necessidade. Além disso, o próprio produtor não tem nenhuma relação humana com seu objeto, já que este é produzido como meio para outros objetos, e portanto como meio necessário à vida: o objeto passa a ter poder sobre o produtor, já que passa a mediar a relação entre a necessidade humana e sua satisfação. Sob a propriedade privada, somos, pois, incapazes de uma apropriação efetivamente humana dos objetos, pois sua produção não é pautada pela necessidade humana.[2] É isto que Marx quer dizer com "Estamos excluídos da verdadeira propriedade porque nossa propriedade exclui o outro homem"

Com isso Marx mostra como a propriedade privada dissolve o vínculo essencial entre os homens do mesmo modo que impede a verdadeira apropriação dos objetos, na medida em que faz do homem meio das relações entre objetos. Mostra portanto que, sob a propriedade privada, as relações sociais – tanto entre os indivíduos quanto dos indivíduos com as coisas – tornam-se alienadas, contrárias à verdadeira relação social.

Em seguida, Marx compara uma suposta produção efetivamente humana com a que ocorre sob a propriedade privada. Na primeira, o trabalho é atividade vital livre, consciente, é portanto gozo da vida e confirmação objetiva da individualidade. Consequentemente, a apropriação do produto do trabalho também é livre e, sendo social, faz do trabalhador o mediador do intercâmbio social. Além disso, a atividade individual torna-se expressão consciente da essência humana. Conforme a comparação que Marx estabelece:

> "Meu trabalho seria expressão *vital livre*, portanto *gozo* da *vida*. Sob as condições da propriedade privada é *alienação da vida*, pois eu trabalho *para viver*, para conseguir um *meio* de vida. Meu trabalho *não é* vida.
>
> Em segundo lugar: por ser o trabalho a afirmação de minha vida *individual*, a *peculiaridade* de minha individualidade estaria incluída nele. O trabalho seria então a *propriedade verdadeira, ativa*. Sob as condições da propriedade privada, a alienação da minha individualidade é tal, que esta *atividade* me resulta *detestável*; é um *tormento*; é mais a

> *aparência* de uma atividade, e por isso uma atividade *obrigada*, que se me impõe como um requerimento *exterior* e casual e não por um requerimento *interno* e *necessário*" (p. 156).

Dada a crítica à propriedade privada e às relações que ela condiciona, crítica esta estabelecida com base no reconhecimento de que a sociedade organizada em torno da propriedade privada é uma configuração social específica, não necessária, Marx pôde corrigir Ricardo. Conforme Ricardo (citado por Marx, nota 12): "*...o interesse geral nunca está melhor assegurado que mediante a distribuição mais produtiva do capital geral*, isto é, mediante um comércio universalmente livre" Marx corrige: "Este último 'isto é' seria correto se afirmasse: isto é, mediante a anulação da propriedade" (p. 117).

* * *

Como foi posto no início, a contraposição central de Marx à economia política clássica, no que diz respeito à propriedade privada, é a de que toda a economia política se fundamenta na propriedade privada e – por isso mesmo – não a explica. Na décima–quarta nota, Marx expõe a concepção de comunidade humana para a economia política. Citando Destutt de Tracy e Adam Smith, mostra que a economia política concebe a comunidade dos homens sob a forma do comércio (Tracy: "A sociedade é uma série de intercâmbios recíprocos."; Smith: "A sociedade é uma sociedade de atividades comerciais. Cada um de seus membros é um comerciante." (p. 138)). Deste modo, Marx explica que a economia política "*fixa* a forma alienada do intercâmbio social como forma *essencial* e *original*, adequada à determinação humana" e, "seguindo o movimento real – já que a sociedade em pauta é aquela organizada sobre a propriedade – parte da *relação do homem com o homem* como relação de *proprietário privado com proprietário privado*" (pp. 138-9). Portanto, fundamentar-se na propriedade privada significa tomá-la como condição original, essencial e adequada ao homem; não explicá-la é não compreendê-la como uma forma específica não necessária de sociabilidade, mais do que isto, como forma de sociabilidade que nega o homem, devendo, pois, ser superada.

Por teorizar dentro do âmbito da propriedade privada, ou seja, pressupor a necessidade da propriedade privada em sua teoria, a economia política não pode compreender determinados fenômenos, se vê presa a círculos viciosos e, principalmente, abstrai as relações sociais concretas quando da elaboração de suas leis gerais. Vejamos alguns destes aspectos, dos quais trata Marx nos *Cadernos*.

No *Caderno V*, Marx mostra, através da teoria dos ricardianos sobre a obstrução do mercado, como a economia política precisa abstrair os homens, as relações sociais concretas e específicas, para elaborar suas leis econômicas gerais. Ou ainda, a economia política parte da premissa dos interesses individuais separados pela propriedade privada e especula sua continuação como se a propriedade fosse comunitária, isto é, pressupõe arbitrariamente interesses sociais onde só existem interesses individuais hostis. É o que Marx mostra da maneira que se segue.

privada e em especular a continuação como se os interesses não estivessem separados e a propriedade fosse comunitária. Desta maneira, inclusive quando o produto é consumido integralmente por mim e produzido integralmente por ti, a economia política pode provar que o consumo e a produção encontram-se na ordem adequada com respeito à sociedade" (p. 163). A economia política fala de interesse social numa sociedade em que produção e consumo são realizados por indivíduos distintos, isto é, onde o que domina são os interesses privados e a dissociação entre os homens. Sendo assim, a sociedade de que trata a economia política é ela própria uma abstração das relações sociais reais. Entretanto, a economia política defende esta abstração, estes supostos interesses gerais, este suposto equilíbrio. Deste modo, especula a continuação deste estado de coisas, a saber, as relações sociais alienadas condicionadas pela propriedade privada.

Com isso, suas leis racionais só podem ser abstratas: "A economia política, com sua arbitrária pressuposição de interesses *sociais* ali onde regem interesses *associais* e com o modo pelo qual leva a cabo esta substituição, só demostra que, na situação atual, a única maneira de obter leis racionais é mediante a *abstração* da natureza *específica* das relações atuais; que as leis só regem de modo abstrato" (p. 164). Um exemplo do próprio Marx esclarece: "Que infame contradição é, por exemplo, a da competição: criada só a partir do interesse privado e justificada só por ele (...) é apresentada porém como o *poder da sociedade* e o interesse da sociedade frente aos interesses singulares" (pp. 163-4). Torna-se claro que as leis que regem "o poder da sociedade" ou "o interesse da sociedade frente aos interesses singulares" só podem ser abstratas, só podem desconsiderar os reais interesses dos indivíduos, pois este "poder" e este "interesse" são eles próprios abstrações, inexistentes na sociabilidade real. Como a economia política não supera o âmbito da propriedade privada, as relações concretas tornam-se incompreensíveis, e faz-se necessária a abstração própria de suas leis gerais.

A teoria sobre a superprodução, de Jean–Baptiste Say é mais um exemplo desta abstração. Segundo Say, "se uma mercadoria não encontra comprador, isto se deve somente a que (seja no próprio país ou em outro) a produção do equivalente não é suficiente para o intercâmbio" (Marx, p. 169), ou seja, não há excesso de produção de um produto, mas falta de produção de outros, de equivalentes, para que a troca se efetue: se todos produzissem ao máximo de sua capacidade, com a maior diversidade possível, não haveria superprodução. O que Marx mostra é que a superprodução se dá porque, sob a propriedade privada, a produção não é determinada pelas necessidades humanas em geral. A demanda é limitada pela propriedade privada, ou ainda, a demanda real torna-se sinônimo de capacidade de compra. Então, a medida que é superada pela produção, isto é, a medida da superprodução, "está *determinada* por um *determinado* pequeno número de pessoas com *capacidade de compra*" cuja necessidade ou demanda é limitada. A produção pode, pois, superar a demanda mesmo que haja equivalente suficiente para a troca. "Na França, por exemplo, não se produzem demasiados sapatos: milhares estão descalços. A superprodução se apresenta porque o número de sapatos produzidos é maior do que o de pessoas que necessitam deles e que podem comprá-los" (p. 170). Deste modo, "Por mais que

Say amplie o âmbito da produção, e ainda que multiplique ao infinito sua diversificação, de todas as maneiras o possuidor de um ou vários destes múltiplos produtos só poderá trocar por produtos *de* outro possuidor, cuja necessidade é limitada. Assim pois, o intercâmbio não se constitui entre produtos enquanto tais, mas entre produtos que são propriedade privada" (pp. 170-1). Say abstrai o fato de que a demanda que se apresenta no mercado, nas relações de intercâmbio sobre a propriedade privada, não é a demanda humana, mas a demanda dos que possuem meios de troca, capacidade de compra. Em sua teoria da superprodução, Say abstrai, desconsidera grande parte dos indivíduos humanos, precisamente aqueles indivíduos cuja demanda não se traduz em posse, em capacidade de compra.

Outro fator que explicita a desconsideração, a abstração dos indivíduos, da vida humana efetiva que a economia política realiza é a importância exclusiva à receita líquida do país. Para a economia política, a riqueza de uma nação é expressa pela receita líquida, pelo lucro, pelo excedente, enquanto à receita bruta, que abarca a quantidade da produção que é consumida, apropriada pelo trabalhador nega-se toda a importância: o consumo daquele que produz é traduzido em custo de produção. Com isso, nega-se importância à vida dos homens e a verdadeira riqueza, a finalidade da nação passa a ser o lucro. Conforme Marx, "a abstração própria da economia política alcança o cúmulo da *infâmia*. Resulta assim: 1) que a economia política não se preocupa em absoluto do interesse nacional, do homem, mas unicamente da receita líquida, do lucro, da renda, e que estes aparecem como o fim último da nação; 2) que a vida de um homem não tem em si nenhum valor; 3) que o valor da classe trabalhadora se reduz exclusivamente aos custos de produção necessários e que os trabalhadores só existem para a receita líquida. Isto é, para o lucro dos capitalistas e a renda do proprietário de terra. Eles são e devem ser máquinas de trabalho nas quais só se gastam os meios que são indispensáveis para mantê-las em funcionamento. Pouco importa se o número destas máquinas de trabalho é maior ou menor, sempre que o produto líquido permaneça constante. Sismondi diz com razão que, de acordo com Ricardo, se o rei da Inglaterra pudesse obter a mesma receita graças a máquinas distribuídas por todo o país, poderia prescindir do povo inglês" (pp. 117-8). De acordo com Ricardo, pois, o lucro é a finalidade da vida humana, ou antes, o homem é meio, e não fim, da atividade produtiva: o que o homem apropria é custo, e portanto a apropriação humana é meio, e não finalidade da produção. No entanto, Marx não deixa de salientar que Ricardo está seguindo o movimento do real, já que na sociabilidade que se organiza sobre a propriedade privada, o homem torna-se realmente meio para a acumulação; a produção, como foi visto, não é determinada pelas necessidades humanas. Ricardo –para exemplificar- é, pois, a expressão acrítica desta forma de sociabilidade, transfere este modo de organização social específico e "carente de necessidade" para a esssencialidade do homem. Mais do que isso, a teoria da economia política justifica a propriedade privada e a diferença de classes por ela determinada. Mesmo que os economistas sustentem o contrário: Marx toma Ricardo como exemplo, cita sua crítica à legislação inglesa e mostra a contradição desta crítica com a teoria econômica:

"Segundo Ricardo, a legislação sobre os pobres na Inglaterra tende fatalmente 'a transformar a riqueza e a potência em miséria e debilidade, fazendo com que o homem renuncie a todo trabalho que não tenha por *fim único* o meio de subsistência. Não haverá mais distinções quanto às faculdades intelectuais; o espírito não se preocupará com nada além da satisfação das necessidades do corpo, até que finalmente todas as classes sejam vítimas de uma indigência universal.' (p. 139)

Mas deve-se observar que, no começo deste capítulo, o filantrópico Ricardo define os *meios de subsistência* como o *preço natural* do trabalhador e portanto, como o "único fim" de seu trabalho, já que trabalha com miras a seu salário. Onde ficam aqui as faculdades intelectuais? Mas também Ricardo só quer, na realidade, as diferenças entre as diversas classes" (p. 113-4). De fato, Ricardo estabelece um preço natural ao trabalhador, e que se define e limita pelos meios de subsistência capazes de manter o trabalhador apto para o trabalho. Explicita, pois, que a importância do trabalhador não reside nele mesmo, em sua vida, mas no lucro que seu trabalho proporciona ao proprietário: é a vida humana como meio, e não fim. Ricardo justifica, em sua teoria do preço natural do trabalhador, esta condição do trabalho e, portanto, as diferenças de classes. Cai, com isso, no círculo vicioso que, segundo Marx, é habitual na economia política: "o fim é a liberdade espiritual; por conseguinte, é necessária a servidão embrutecedora da maioria. As necessidades materiais não constituem o único fim; portanto, se convertem no único fim para a maioria. Ou a inversa: o fim é o matrimônio, portanto, prostituição para a maioria. O fim é a propriedade; portanto, carência de propriedade para a maioria" (p. 114).

Com estes pontos, procuramos explicitar em alguns aspectos como a economia política parte da propriedade privada, ou seja, pressupõe a propriedade privada como atributo essencial e eterno da sociabilidade, e portanto não a explica. Antes disso, justifica e propõe sua continuação, abstraindo da sociabilidade as relações sociais concretas que a propriedade privada condiciona. Marx, ao contrário, mostra que esta é uma forma de sociabilidade específica, não necessária, e que a propriedade privada, longe de ser um atributo humano essencial, é uma condição que, por negar o homem, a verdadeira sociabilidade, deve ser superada. A ruptura não é, pois, meramente econômica ou ideológica, mas uma ruptura ontológica, já que Marx funda uma nova concepção daquilo que o homem é, das determinações do ser social. A propriedade privada é excluída das determinações deste ser e, com base em suas reais determinações essenciais – trabalho e intercâmbio entre os indivíduos ou produção da vida em sociedade- Marx pode propor uma nova forma de sociabilidade mais adequada a este ser. Pode propor, pois, a alteração da forma de trabalho e intercâmbio que, sob a propriedade privada, é inadequada às especificidades do ser social.

NOTAS

* MARX, K., *Cuadernos de Paris – Notas de Lectura de 1844*, México, Ediciones Era S/A, 1974.

[1] Pois a própria propriedade privada é alienada na medida em que seu valor é expresso por um equivalente geral, que abstrai das coisas suas características próprias, individuais.

[2] Para ilustrar esta idéia, Marx observa que, na atual condição social, a linguagem que relaciona os homens é a linguagem dos objetos em sua relação de troca. Uma linguagem humana, ou seja, pautada pelos homens e suas necessidades, "resultaria incompreensível e inefetiva: o primeiro a usaria como uma petição, como um rogo, saberia portanto que se degrada e se sentiria envergonhado, *humilhado*; o outro o escutaria tomando-o por um *atrevimento*, e o rechaçaria como a um *desvario*" (p.153). As relações humanas adequadas a esta forma de sociabilidade, pelo contrário, são expressas pela "linguagem alienada dos valores coisificados" (p.154).